

Angelo Bruno Donatoni
Carlos Eduardo Silva e Souza
Leonardo Vinicius Florêncio Silva
(organizadores)

DIREITO CIVIL CONTEMPORÂNEO EM DEBATE

*Autonomia privada, função social e
os novos dilemas do ordenamento*

Autores

<i>André Leme de Souza</i>	<i>Leonardo Vinicius Florêncio Silva</i>
<i>Angelo Bruno Donatoni</i>	<i>Luís Aparecido Bortolussi Júnior</i>
<i>Carlos Eduardo Silva e Souza</i>	<i>Maria Luisa Braga Negrão</i>
<i>Cleide Marlena de Avila Espindola</i>	<i>Raquel Lujan Pereira dos Santos Dias</i>
<i>Glaucia Anne Kelly Rodrigues do Amaral</i>	<i>Vinicius Barua Peldiak</i>
<i>Joyce da Costa Vasconcelos</i>	<i>Yuri da Cunha Silva Machado</i>

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2026

Sumário

Prefácio	XI
Consenso ou imposição? A tensão entre a autonomia privada e o interesse público no acordo de não persecução civil	1
1 A Consensualidade como técnica de realização do interesse público.....	4
1.1 A relativização do dogma da indisponibilidade do interesse público: da supremacia à proporcionalidade.....	4
1.1.1 Evolução legislativa da consensualidade na improbidade administrativa.....	6
1.2 O Acordo de não persecução civil como instrumento de realização do interesse público	7
1.3 A justiça consensual como expressão da atuação dialógica da administração pública.....	8
2 Autonomia privada e sua incidência na consensualidade pública	10
2.1 A construção do consenso em contextos de desigualdade institucional: liberdade contratual ou adesão forçada?.....	10
2.2 Boa-fé objetiva como parâmetro de validade.....	11
2.3 A função social do contrato como exigência de conformidade ao interesse público	12
3 ANPC e a obrigação de reparar o dano: entre a liberdade e a vinculação.....	13
3.1 A centralidade da cláusula reparatória no ANPC	13
3.2 A Tensão entre eficiência administrativa e integridade na recomposição do erário	14
4 Os desafios de compatibilização entre eficiência administrativa e integridade no combate à improbidade.....	15
4.1 O risco da busca por eficiência comprometer a eficácia das sanções	15
4.2 A integridade do sistema sancionador e a necessidade de controle social.....	16
Conclusão.....	17
Referências.....	19

O Sistema de Insolvência Brasileiro: uma visão procedimentalista e tradicionalista com a Alienação Fiduciária.....	23
Introdução	24
1 O Fenômeno da crise.....	25
2 Axiomas tradicionalista e procedimentalista.....	28
3 Função social da empresa e o sistema recuperacional.....	33
2.1. O stay period e os bens essenciais	37
4 A Alienação fiduciária.....	42
Conclusão.....	45
Bibliografia.....	47
A Eficiência Pública Distributiva e o direito à inclusão: entre a retórica constitucional e a fragmentação das políticas públicas para pessoas com TEA	51
1 Introdução	52
2 A eficiência como princípio constitucional e sua relação com o direito à inclusão.....	56
2.1 O direito das pessoas com TEA e a função social da tributação	61
3 Políticas públicas para pessoas com TEA no Brasil: avanços e desafios	65
3.1 A judicialização e o assistencialismo: sintomas de uma política fragmentada	69
4 A inércia governamental e a falta de políticas estruturadas.....	72
5 A análise da jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso: evidência empírica da ineficiência estrutural e da fragmentação das políticas públicas para pessoas com TEA	73
6 Conclusão: por uma eficiência inclusiva.....	79
Bibliografia.....	81
O Etarismo nas Relações Contratuais e os limites da Liberdade Contratual no Direito Civil Contemporâneo	89
1 Introdução	90
2 Etarismo	92
2.1 Conceito e manifestações.....	92

2.2A função social do contrato na proteção contra o etarismo.....	94
3 Liberdade contratual e autonomia privada.....	95
3.1 A autonomia da vontade e os diretos da personalidade.....	95
3.2A autonomia privada.	96
3.3 A função social dos contratos.....	97
4 Cláusulas contratuais discriminatórias.....	98
4.1 Nulidade de Cláusula contratual à luz da função social do contrato.	98
4.2 Discriminação etária.	99
5 Conclusões.....	100
6 Referências bibliográficas	102
A Reparação do dano moral em favor da Administração Pública no caso Jorgina de Freitas x INSS: entre o Ilícito Penal e a Responsabilidade Civil	
	105
1. Histórico do caso e relevância administrativa.....	107
2. O Dano moral no direito civil brasileiro e sua aplicação à Administração pública.....	108
3. Análise da decisão do STJ no resp 1.722.423/RJ	109
4. A Ilícitude como fator gerador do dano e a natureza da reparação	110
Conclusão.....	111
Referências.....	112
Entre o individual e o coletivo: o dilema jurisprudencial do dano moral coletivo na tutela de direitos individuais homogêneos	
	115
Introdução	116
1 O acesso à justiça na tutela coletiva e suas nuances específicas.....	118
2 O Dano moral coletivo: sua natureza jurídica e existência	124
3 A Defesa extrapatrimonial dos direitos individuais homogêneos na jurisprudência do STJ	127
4 Considerações críticas e a proposta de Edilson Vitorelli.....	131
Considerações finais.....	134

Referências bibliográficas	135
A encruzilhada entre a autonomia privada e os sistemas de Inteligência Artificial.....	139
1 Introdução	140
2. A (R)evolução tecnológica disruptiva e aAutonomia da Inteligência Artificial	142
3 O Condicionamento da autonomia privada por interesses externos	147
4. As consequências sociais decorrentes do avanço tecnológico da Inteligência Artificial	151
5 Conclusão	155
6 Referências bibliográficas	156
Casamento a três: eu, você e o Estado – Um estudo sobre a limitação da autonomia familiar em relação ao dever de fidelidade	161
1 Introdução	162
2 A Remodelação das relações afetivas e o direito de família	163
3 A Autonomia no direito de família: nem tanto ao mar nem tanto a terra	168
3.1 Entre a autonomia privada e a autonomia da vontade.....	170
4 Uma escolha estatal: o dever de fidelidade.....	172
4.1 A origem do dever de fidelidade	175
4.2 A contradição do novo projeto do Código Civil: a lei que já nasce desatualizada	178
4.3 Pânico moral e coerção estatal – a supremacia do “dever ser” ...	180
5 As duas faces do dever de fidelidade: uma análise da (in)coerência no entendimento dos Tribunais Superiores	182
6 Considerações finais.....	184
Referências.....	185
Entre afetos e filtros: o potencial silenciamento da multiparentalidade no juízo de admissibilidade.....	191
1 Introdução	193
2 A evolução das relações de filiação no direito civil: da paternidade biológica à multiparentalidade	195

3 O precedente obrigatório em matéria de filiação: tema n. 622/STF	202
4 O juízo de admissibilidade: um filtro que engasga o direito	207
5 A multiparentalidade no mundo jurídico e uma parentalidade no mundo real: EREsp Nº 1.548.187/SP	212
6 Considerações finais.....	215
Referências	216
A força vinculante dos negócios jurídicos e contratos frente a mudança do paradigma da autonomia privada: uma análise das mudanças propostas pela reforma do código civil.....	
1 Introdução	222
2 Autonomia da vontade e autonomia privada: fundamentos, evolução e releituras contemporâneas.	224
3 A Reforma do Código Civil: impactos nos negócios jurídicos e contratos em geral.....	228
4. Conclusão	235
5 Referências bibliográficas.....	237
O Direito civil-constitucional e os impactos da lei nº 13.874/2019 na análise do equilíbrio dos contratos privados.....	
Introdução	240
1 Sobre o Direito civil constitucional	242
2. A Lei nº 13.874/2019 e a positivação dos princípios da intervenção mínima e presunção de paridade interempresarial.	246
3. A interpretação conforme a constituição como técnica decisória e suas consequências práticas.....	251
4. O Superior Tribunal de Justiça diante do novo paradigma: análise do Resp Nº 1.799.039/SP	255
Conclusão.....	260
Referências bibliográficas	261